

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

CASA-MUSEU: A MEMÓRIA DO UNIVERSO PRIVADO AO ESPAÇO PÚBLICO

Tahis Virginia Gomes da Silva - (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

José Mauro Matheus Loureiro - (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO)

MUSEUM-HOUSE: THE MEMORY OF THE UNIVERSE PRIVATE TO THE PUBLIC SPACE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Apresenta reflexões acerca das inter-relações público/privado que perpassam a configuração das casas-museus enquanto espaços de Memória. Trata-se de uma revisão de literatura fundamentada em autores, como Dodebei (2015; 2010), Meneses (1998; 2002); Silva e Oliveira (2014) entre outros, que discorrem sobre os conceitos de memória e identidade e as interfaces dialógicas das terminologias informação e memória na perspectiva da Ciência da Informação. Aborda as potencialidades da memória social na construção das “identidades coletivas” considerando as perspectivas info-comunicacionais operacionalizadas no interior dos espaços musealizados.

Palavras-Chave: Memória – “Identidades”. Casas-Museus. Público/Privado. Informação/Memória – Interfaces na Ciência da Informação.

Abstract: It presents reflections on the public / private inter-relations that go through the configuration of the museum-houses as spaces of Memory. It is a literature review based on authors, such as Dodebei (2015; 2010), Meneses (1998; 2002); Silva and Oliveira (2014) among others, who discuss the concepts of memory and identity and the dialogic interfaces of information and memory terminologies in the perspective of Information Science. It addresses the potential of social memory in the construction of "collective identities" considering the information-communicational perspectives operationalized within museum spaces.

Keywords: Memory – “Identities”. Museum-Houses. Public/Private. Information/Memory - Interfaces in the Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A memória “um ato de referenciamento” (AZEVEDO NETTO, 2005, p.267) é uma construção que perpassa pelo universo privado, individual, ao contexto do espaço coletivo, do

universo público, presente, sobretudo, “no reconhecimento dos patrimônios culturais” (AZEVEDO NETTO, 2005, p.267). Tema presente nas pesquisas das ciências humanas e sociais, a memória é campo de estudo - discutida através de diálogos disciplinares - da Ciência da Informação (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2008).

Este artigo apresenta breves reflexões, a partir de uma revisão de literatura, percorrendo pelos conceitos de memória, das conexões entre memória e identidade e as interfaces dialógicas da memória e da informação na perspectiva da Ciência da Informação acerca das inter-relações sobre o universo privado e o espaço público que perpassam a configuração das casas-museus, enquanto espaços de memória. Enfim, discorre sobre as potencialidades da memória social na construção das “identidades coletivas” considerando as perspectivas info-comunicacionais operacionalizadas no interior dos espaços musealizados.

2 MEMÓRIA: BREVES REFLEXÕES

Pode-se definir memória como “[...] aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, detêm experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação de atualidade [...]” (OLIVEIRA; AZEVEDO NETTO, 2007, p. 32), ou seja, a memória possibilita a atualização de experiências do vivido no contexto potencial do espaço/tempo, expresso, sobretudo, através dos objetos (artefatos) da cultura material.

Partindo desta afirmação destacam-se alguns aspectos basilares da memória:

- a. Em primeiro lugar sua qualidade de seletividade, expressa por sua incapacidade de registrar e armazenar tudo ou de trazer à tona tudo que foi registrado (MENESES, 2002);
- b. Por seguinte destaca-se seu caráter de indução, ou seja, sua possibilidade de ser manipulada ou produzida, a exemplo das memórias artificialmente coletivas (MENESES, 2002);
- c. E, enfim, seu dinamismo e mutabilidade, confirmando que “a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança” (MENESES, 2002, p.185), ou seja, a memória não se paralisa no tempo passado, mas permanece em constante transformação.

A memória é sempre vivida, física ou afetivamente, e quando o grupo desaparece, a única forma de salvaguardar essas vivências - que para os grupos existentes são eventos externos a eles - é fixá-las por inscrito em uma narrativa, uma vez que as palavras e os

pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (Ribeiro, [2000]), ressaltando-se, assim, o aspecto documental da memória, seu potencial de materialização.

Compreende-se a memória não como algo vivenciado no passado, mas, como uma construção do presente (MORAIS, 2001). Assim, a memória é concreta e atualizada. Mas, contudo, também tem sua deficiência, seu ponto fraco, ressaltado pelo fato de que a memória sofre “desgaste ao longo do tempo”. Portanto, se pode considerar que “a memória passa” (DIEHL, 2002, p.117).

A memória deve ser definida não no sentido psicologista da memória individual, mas, nos sentidos entrecruzados da memória crítica, da memória construída a partir da história e da memória social, inscrita nas práticas culturais (PÊCHEUX, 1999).

Com isso, sinaliza um ponto de convergência entre os conceitos mencionados anteriormente, no que concerne a definição de memória como estruturação da materialidade, nesse caso a análise discursiva complexa, entendida como uma dialética da repetição e da regularização. Destaca-se a questão da memória enquanto significação, representação simbólica e, sobretudo, a análise do discurso da memória, que consiste naquilo “que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' [...] de que sua leitura necessita [...]” (PÊCHEUX, 1999, p.52), que são os discursos transversos da memória.

É, portanto, estes “implícitos”, esta relação entre presença e ausência que compreende o processo de análise do discurso da memória. O procurar ler nas entrelinhas dos resquícios da memória, vista que não se pode “recuperar” o vivido como um todo se procura entender, ou melhor, perceber o que se perdeu no “trajeto da leitura” ou o que se quer representar ou ocultar (silenciar).

A memória é, ainda, constituída por três processos: os acontecimentos, as pessoas (personagens) e os lugares. Elementos que constituem a memória sejam individual ou coletivamente, a saber: os adventos vividos individualmente e os “vividos por tabela”, vivenciados pela coletividade ou pelo grupo ao qual o indivíduo pertence, mas que esse não vivenciou realmente (POLLACK, 1992).

Percebe-se, no entanto, as ações de apagamento e/ou esquecimento da memória gerando o que pode ser considerado como processos de silenciamento da memória (LE GOFF, 2003; RICOEUR, 2008), onde se identifica a arbitrariedade do aspecto seletivo da memória, em especial no contexto da memória institucionalizada, submissa às decisões externas onde “quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite)” (RODRIGUES,

2014), ou melhor, quem determina o que deve ser representado como patrimônio memorial ou preservado enquanto capital de memória são as “autoridades/entidades” detentoras e propagadoras do discurso do poder instituído, quer sejam representantes do campo científico, das artes, mas, sobretudo, das “atuações políticas diretas e indiretas” (LOUREIRO, 2015, p.102).

No entanto, essas ações de esquecimento da memória (RICOEUR, 2008) não surpreendem, uma vez que por seu caráter de seletividade a memória – sobretudo, mais uma vez, a memória institucionalizada - “escolhe” alguns acontecimentos em detrimento de outros apresentando uma determinada narrativa sobre o fato representado e armazenado neste receptáculo de experiência que é a memória. Ressaltando essa intrínseca relação entre memorar e esquecer, onde conforme Chagas: “[...] esquecimento e memória [...], complementam-se e sempre estão a serviço de serviços que se constroem e são construídos através de práticas sociais.” (CHAGAS, 2002, p.36).

Tal afirmação é evidenciada nos objetos – artefatos da cultura material – representados no contexto das exposições museológicas, os quais através dos processos de musealização e expografia, sobretudo, de ressignificações determinadas pelas curadorias das exposições às quais “ressemantizam o objeto profundamente, depositando crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais” (MENESES, 1998, p.98).

Portanto, o conceito de memória é composto de significações, ou seja, de representação e da relação com o sentimento de pertencimento e aceitação de algo como patrimônio de um indivíduo ou de um povo, que se apresentam e prevalecem sobre o discurso do silenciamento ou da ocultação dos “resquícios” que se quer esquecer ou silenciar.

E neste contexto, da memória fundamentalmente coletiva e social, há um processo de “projeção ou de identificação” através do qual se pode chamar de socialização política ou de socialização histórica do acontecimento, no qual a relação do indivíduo com o passado coletivo é tão forte que mesmo não o tendo vivenciado adquire uma representação ou significação, possibilitando falar em uma “memória por herança”.

Há, também, um amplo debate sobre a caracterização e a conceitualização do termo memória, seu objeto de estudo e, enfim, sobre as inter-relações memória-informação como campo de estudo da Ciência da Informação (DODEBEI, 2010, 2015; SILVA; OLIVEIRA, 2014).

2.1 MEMÓRIA/INFORMAÇÃO: INTERFACES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os trabalhos em torno da memória no campo da Ciência da Informação (CI) se nortearam durante quatro décadas para três categorias de memória: a memória humana, referenciando os aspectos biológicos, relacionada aos processos cognitivos de recuperação da informação; a memória artificial relacionada à utilização das tecnologias; e a memória social, associada ao compartilhamento da memória (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Considerando-se que, diante das discussões atuais sobre a memória nos estudos da Ciência da Informação, incentivadas a partir da criação do GT 10 - informação e memória, apresentado no 11º ENANCIB – Encontro Nacional de pesquisa em Ciência da Informação, ocorrido em 2010 – muito tem se avançado com os debates em torno de seu conceito, sua relação com o conceito de Informação e suas contribuições disciplinares para a Ciência da Informação.

Essas discussões fomentaram o interesse em torno das inter-relações das terminologias memória e informação, promovendo debates e o crescimento da produção teórico-conceitual e metodológica do que se definiu como “novo campo transdisciplinar” da Ciência da Informação (DODEBEI, 2015, p.44).

Câmara e Bufrem (2016) apresentaram um levantamento apontando, através de mapas conceituais, nove (09) Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, *stricto sensu*, que trazem disciplinas que indicam em sua nomenclatura o termo memória, elencando um referencial bibliográfico de autores utilizados na CI que abordam, dentre outras, as terminologias: memória, memória social, memória-identidade e memória – informação.

No entanto, apenas a partir de meados do século XX a sociedade contemporânea, sobretudo, a ocidental, passou a perceber o mundo como um “espaço informacional e memorial” (DODEBEI, 2010, p.59), quando a produção material e imaterial dos povos ganha *status* científico e social nunca visto antes, numa sociedade “representada pelo consumo de bens que transitam nas redes sociais [...] ao mesmo tempo [...] dos percursos de bens culturais e da preservação de patrimônios” (DODEBEI, 2010, p.59).

Tais considerações nos levam a definir memória no contexto da Ciência da Informação, se elencando os seguintes aspectos conceituais:

[...] não tenta evocar historicamente o passado ou reificá-lo em sua totalidade existencial [...].

Traz em sua entrelinha “os traços informacionais”, [...], ou seja, um limiar infor-comunicativo que permite a evocação de uma “informação revitalizada” [...], ou seja, uma informação recuperada **[grifo nosso]**.

[...] é uma memória potencializada [...] possibilita o acesso e o fluxo informacional independente de uma linha tênue com a temporalidade espacial da história (duração) cronológica.

[...] traz uma peculiaridade que está relacionada a uma individualidade ou a uma coletividade de indivíduos, famílias ou grupos, pois essa memória tem por característica o “tear informacional [...]” (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 135-136).

Tal observação possibilita, portanto, afirmar as correlações entre informação e memória, tendo em vista que “um determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados” (AZEVEDO NETTO, 2007). Se pode, então, afirmar que memória e informação apresentam conceitos polissêmicos, plurais e com abertura para estudos interdisciplinares e sua inter-relação na multidiversidade de suportes em que a informação se apresenta, sobretudo, através dos artefatos da cultura material (AZEVEDO NETTO 2007; LE GOFF, 2003).

Logo, se afirma que memória e informação são representadas e expressas através de objetos carregados de significação social e, portanto, suporte identitários, sendo relevante apresentar também algumas considerações a respeito da relação entre e memória e identidade.

3 MEMÓRIA(S) E IDENTIDADE(S): CONVERSAS ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

A preservação da memória através dos registros da cultura material (artefatos) e dos mecanismos de patrimonialização é uma preocupação recorrente nas questões relacionadas à construção da identidade coletiva de um povo (CHAGAS, 2005).

A memória estabelece uma relação dialógica com o conceito de Identidade (MENESES, 2002; DIEHL, 2002). Pode-se dizer que identidade se constitui a partir da relação com o outro, com um diálogo entre similaridade e distinção (HALL, 2006). Sendo por intermédio dos vestígios da memória, especialmente a memória herdada, que se busca representar essa relação identitária (MENESES, 2002).

Os conceitos de identidade e memória têm em comum a característica da ambiguidade. Onde se pode definir que Identidade “implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social” (MENESES, 2002, p. 182), ou seja,

identidade é um processo de reconhecimento de si através da construção da relação com o outro e, portanto, que se dar no contexto da interação social.

Por seu turno memória se caracteriza como “suporte fundamental da identidade [...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social [...]” (MENESES, 2002, p. 183), então, se pode afirmar que a memória é determinante ao processo de construção da identidade alicerçada como instrumento no resguardo da informação.

Halbwachs (2008) afirma que a memória se constitui a partir das vivências particulares, individuais, pessoais ou íntimas de cada sujeito e das experiências construídas através do convívio em grupo “portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias” (HALBWACHS, 2008, p.23). Constituído de reminiscências coletivas conforme sua identificação como indivíduo em e com relação a um determinado grupo social.

Uma vez que memória e identidade são construções sociais não se pode concebê-las fora do contexto do convívio e das convenções (com simbologias e significações) sociais. Sendo construções sociais, que nascem no contexto da inter-relação entre grupos e sociedades, a memória e a identidade são também produções discursivas, que assumem materializações através do discurso da fala (história oral) e dos escritos (registros/documentos/monumentos) passando sobre o viés do patrimônio quer seja material ou imaterial.

Através da memória é construída “as noções de pertencimento e de identidade coletiva” (CATROGA, 2001, não paginado) confirmando a função da *anamnese* na composição da identidade do indivíduo, enquanto ser específico e único, mas, sobretudo, enquanto ser social.

Sendo assim, a memória individual coexiste de forma, nem sempre amigável, com uma infinidade de memórias – provindas do convívio familiar, das relações entre grupos, quer sejam locais, regionais, nacionais ou até globais – reforçando a premissa de que ninguém é uma ilha. Destaca com isso a relação intrínseca entre a memória individual (o olhar interior, do inconsciente, do subjetivo) e a memória coletiva (o olhar exterior), numa convivência entre a memória pública com a memória privada (CATROGA, 2001). E daí, se inclui um novo olhar (o da interação) da convivência em e no grupo, das trocas e acordos sociais, ou seja, da interação social.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Portanto, a construção da personalidade ou identidade individual está atrelada as formas em que cada indivíduo se relaciona com os acordos da sociedade em que está inserido ou da qual almeja fazer parte, ou seja, a identidade sempre se define pela relação entre o 'eu' e o 'outro', entre a semelhança (ou idêntico) e a diferença (HALL, 2006).

Neste contexto, há o que Hall (2006) chamou de fragmentação – colapso ou crise – da identidade. Neste cenário o sujeito tem não apenas uma, mas várias ou múltiplas identidades, muitas vezes até contraditórias. Afirmando, assim que cada indivíduo assume uma identidade diferente de acordo com cada situação, condição ou função social que desempenhe em seu dia-a-dia.

Sendo assim, através de descontinuidades e deslocamentos das estruturas (ordens) sociais tradicionais a própria estrutura da identidade permanece aberta, gerando um jogo de identidades (HALL, 2006), no qual há a busca entre o que é comum (idêntico) no argumento (ou discurso) do outro, possibilitando conflitos e construções de identidades.

A noção de memória aproxima-se da noção de identidade uma vez que “ambas são constituídas através de um processo de representação [...]” (AZEVEDO NETTO, 2005, p.267). Reforçando a noção de identidades múltiplas (HALL, 2006) em que o indivíduo, enquanto sujeito social assume uma identidade de acordo com cada papel que desempenha em sua vida em sociedade. Portanto, se pode falar em “identidades”.

Neste contexto o conceito de memória é indissociável das perspectivas relacionadas ao futuro bem como da vasta seara da objetivação a exemplo das mais variadas formas de linguagem, dos artefatos culturais (materiais e imateriais), dos locais e dos espaços, dos diversificados tipos suportes e registros informacionais, e das diversas expressões ritualísticas as quais reproduzem e transmitem informação, ou seja, “da materialidade da memória”. Sendo assim, se pode dizer que o papel social da memória se aprimora através e nos artefatos informacionais da cultural.

Afirmar-se, então, que essas “liturgias de recordação” (CATROGA, 2001) têm como função criar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto segundo ele, de fundo metafísico, contra a finitude da vida, consistindo assim num ideal de sobrevivência na memória dos vivos.

Uma vez que é impossível dissociar o indivíduo do coletivo, pois o homem é um ser social, que não concebe viver sozinho ou dissociado da convivência dentro de um grupo ou

sociedade, justifica-se que os resquícios da memória individual se confrontem sempre com os da memória coletiva, ou melhor, da memória social.

3.1 CASA-MUSEU: DIÁLOGO ENTRE O PRIVADO E PÚBLICO

Diante do elucidado referente à definição de memória e reconhecendo as interfaces percorridas nos estudos memorialísticos no campo da Ciência da Informação (CI) que trouxeram a memória como objeto de estudo ou as inter-relações informação-memória, é pertinente debruçarmos sobre as instituições-memórias – os espaços de memória (LOUREIRO, 2015) – sobretudo, as casas-museus e suas contribuições sobre o enfoque da inter-relação memória individual e memória coletiva.

As instituições-memória “[...] tratam da preservação e difusão do patrimônio cultural, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte ou centros culturais” (CHAGAS, 2002, p.35). A essas instituições, sobretudo, aos museus, se atribui “[...] a função de casas de guarda do tesouro [...]” (CHAGAS, 2002, p.51). As instituições-memórias se definem, portanto, como:

Órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória social, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação, que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades (FRAGOSO, 2008, p.70).

Esses espaços de memória – arquivos, bibliotecas e museus – evoluíram passando de “guardiãs dos tesouros” para instituições de disseminação “das culturas diversificadas” (DODEBEI, 1997, p.143) e preservadoras da memória material.

Os museus foram construídos sob o ideal de preservação da memória coletiva, assumindo critérios de ordenação, seleção, classificação e guarda de objetos que representassem à memória material de um indivíduo ou de uma sociedade (CURY, 2006; GONÇALVES, 2004). Se configurando como instituição intimamente ligada a “[...] preservação do passado e exigências de renovação do presente [...]” (LOUREIRO, 2000, p. 92) o museu tem sua criação associada ao colecionismo (CURY, 2005; ZUBIAUR CARREÑO, 2004), ao hábito de colecionar e guardar – mesmo que de forma desorganizada – objetos, móveis e obras de arte. Prática comum nas sociedades europeias, principalmente por volta do século XIV, compondo o que ficou conhecido como as “**coleções principescas**”, enriquecidas posteriormente no decorrer dos séculos XV e XVI, com o acúmulo de objetos artísticos e antiguidades,

compreendendo os tesouros e artefatos encontrados com as navegações de descoberta do mundo novo, a América e a Ásia.

Uma das origens do termo museu vem do mito ligado ao templo das musas gregas, filhas de Zeus (identificação do poder) e da deusa *Mnemósine* (identificação com o potencial da memória), com isso, concordando com Pierre Nora, sua origem vincula-se por um lado à memória, por herança materna e por outro lado, por herança paterna, configura-se com os “dispositivos de poder”. Os museus, conseqüentemente, são a um só tempo: “herdeiros da memória e do poder [...]” (CHAGAS, 2002, p.52).

Pondera-se, no entanto, que os museus operam com a “dicotomia” vida/morte, com representações da memória social, vinculando-se a presentificação do passado (DODEBEI, 1997).

Diante da diversidade de coleções especializadas surgem, então, às tipologias de museus. Dentre essas, as casas-museus ou museus-casas, residências que foram musealizadas, merecem destaque neste artigo.

A casa-museu se propõe a celebrar e memorar o estilo de vida de uma personalidade estabelecendo uma espécie de elo com a vida da intimidade doméstica e familiar deste e o contexto sociocultural de determinada época.

As casas-museus são instituições museológicas, espaços de memória, que trazem em si o diálogo entre o capital privado e o caráter público da memória (PONTE, 2007).

O termo Casa refere-se ao espaço “privado, pessoal, de refúgio e intimidade” (PONTE, 2007, p.2), ou conforme Miguel (2003) “[...] um edifício ou parte dele destinado à habitação humana [...] um objeto construído à espera de um uso familiar” (MIGUEL, 2003, p.24) um ambiente que se constitui por meio do convívio privado, pessoal, familiar. Mas também possibilitando “contornos de poder e escala que tornam questões tão íntimas como nossos relacionamentos pessoais dependentes de forças muito maiores” (MILLER, 2013, p.77).

Uma casa – construção destinada à moradia – necessita de uma essência que lhe conceda o caráter de “lar”. Necessita que seja aquecida pela convivência familiar dos indivíduos que ali habitam. Tal afirmação se fundamenta em Miguel (2003) trazendo o termo “Lar” advindo da palavra lareira que remete ao fogo e a aquecimento, “[...] o fogo – representado por Héstia, a deusa grega do lar – associa-se a casa para representar a criação de um lar [...] sua chama transpassa a imagem da fertilidade e metáfora da vida” (MIGUEL,

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

2003, p.25). Com isso, a casa está para o universo da vida privada, particularizada da memória individual.

Por outro lado, o termo Museu carrega um potencial de dimensão pública, uma vez que “[...] é criado para receber pessoas, transmitir conhecimentos e interagir com o público, a que se associa a função de conservar, estudar e divulgar coleções” (PONTES, 2007, p.2), ou seja, de perpetuar, construir e disseminação informação.

A casa quando transformada em um museu sofre um processo de modificação que passa necessariamente pela atividade museológica.

As casas-museus ou casas-históricas são “[...] as casas onde viveram e morreram [...] personagens, ou que se relacionam, de alguma forma mais, com tais vultos ou acontecimentos históricos” (RIBEIRO, 2015, p. 223), sobretudo, com eventos ocorridos no contexto das inter-relações sociais.

A partir de tal argumentação, se pode, a princípio, afirmar que a casa-museu carrega em si uma dupla dimensão, ou melhor, uma concórdia entre o universo privado e a esfera da dimensão do espaço pública. Enfim, se define casa-museu como um:

[...] Espaço doméstico convertido em equipamento público, posto ao serviço deste com vista a celebrar e evocar a história de um homem, de um país, de um grupo ou um acontecimento, que, por estar directamente relacionado com a casa, se consegue apreender nesse espaço (PONTE, 2007, p.30).

Em síntese as casas-museus devem representar o cotidiano da personalidade que ali viveu.

Ponte (2007) destaca alguns pré-requisitos para que uma casa, espaço doméstico e privado, seja convertida numa casa-museu, espaço público e coletivo:

- a. A vivência do indivíduo (personalidade ou patrono) homenageado e memorizado no espaço da casa;
- b. A presença de objetos e/ ou bens móveis no espaço da casa compreendendo o acervo da casa-museu.

Os acervos nas instituições museológicas compreendem coleções, formadas por artefatos materiais, inseridos de valor simbólico ou significação, formas de perpetuar a memória. É o “o eco de uma voz que já se apagou, mas curiosamente ainda grita em nossos

ouvidos exigindo atenção (leituras e releituras)” (CHAGAS, 2002, p. 59) são fragmentos de uma realidade apresentando aberturas a novas leituras e interpretações diversas.

A coleção museológica é um “artefato” (LOUREIRO; FURTADO; SILVA, 2007) enquanto produção humana resultante de uma classificação no qual os objetos são transportados de seus contextos de origens e reorganizados em um novo ambiente construído artificialmente no espaço do museu. Um espaço institucionalizado onde se agrega novos valores e novos significados aos objetos.

O acervo da casa-museu compreende objetos existentes do convívio doméstico daquele que habitava a casa, podendo também ser o conjunto de coleções referentes ao “gosto pessoal do patrono e peças de artes decorativas, sendo possível determinar acervos mais ou menos valiosos, mais ou menos eruditos, de acordo com o gosto, interesses e situação financeira do patrono” (PONTE, 2007, p.8). Os objetos numa casa-museu sobrepõem ao “valor artístico ou utilitário”, sobressaindo-se o significado diretamente ligado a personalidade homenageada. Onde o objeto “[...] retém atributos pessoais do doador [...]” uma imanência de sua presença no universo da cultura dos artefatos materiais, a qual ocorre, no entanto, não apenas no contexto de sua individualidade, mas, sobretudo, “[...] se faz na relação social [...]”, onde se pode afirmar que “a coleção privada, com efeito, é a forma senão exclusiva, pelo menos dominante, pela qual, objetos pessoais, em nossa sociedade expõem-se à esfera pública” (MENESES, 1998, p.96).

Portanto, esse objeto deve estar atrelado ao contexto de relação íntima da personalidade que se memorializa na casa-museu, com sua época, com o contexto sociocultural em que a personagem viveu, representando uma inter-relação que possibilite estabelecer um diálogo entre o que representa a memória individual daquele que sujeito com a memória coletiva de uma sociedade e extrapolando esse diálogo com a memória social dos visitantes daquele espaço de memória, uma vez que:

[...] Os objetos possuem uma história – *ou melhor, uma memória* – **[grifo nosso]** uma função e um significado. Essas funções e significados mudam de tempos em tempos e de acordo com os usos (e desusos!) que as pessoas lhes dão? (IPHAN, 2016, p. 41).

Em uma casa-museu o valor dos objetos consiste mais pela identificação e/ou representação destes com a figura da personagem memorada do que com valores artísticos,

estéticos ou com finalidades utilitárias os fins monetários, uma vez que o “[...] não é a transferência do objeto pessoal para o espaço público que é relevante, mas o controle dos significados que tal transferência implica” (MENESES, 1998, p.98). Isso porque estes objetos servem como testemunhos, ou “prova de vivência” da pessoa que ali habitou, ou seja, são a representação dos resquícios de memória de seu cotidiano expressos na cultura material.

A coleção de uma casa-museu compreende o “conjunto do cotidiano doméstico existente em qualquer habitação, mas ligados ao gosto pessoal [...] e interesses e situação financeira do patrono” (PONTE, 2007, p.8), porém, denotando não apenas os hábitos, preferências e o poder aquisitivo de determinado indivíduo, mas, através destes os costumes de sua época e, assim sendo, por meio de sua memória individual ressignifica, portanto, a memória coletiva.

Como produtor de informação o museu possibilita a construção e o fluxo informacional constituído por suas práticas informacionais¹ museográficas as quais se constroem por métodos e ações compreendendo os processos de seleção, classificação, produção e divulgação da informação empregada no contexto desse espaço de memória (ROCHA, 1999). São as práticas reprodutoras “de conceito, noções e teorias que atuam na cultura material” (LOUREIRO; LOUREIRO; SILVA, 2008, p.4).

Segundo Loureiro (2000) os museus, muitas vezes, se preocuparam mais com “a preservação física do objeto” em detrimento de seu potencial informacional. Para suprimir essa deficiência adotaram variados recursos como a linguagem escrita em suas construções expositivas (SILVA, 1999) valendo-se de elementos “diretamente informativos e elementos indiretamente informativos” (ZUBIAUR CARREÑO, 2004, p. 280). Buscando consolidar a construção de sentidos para disseminação do patrimônio material.

Na casa-museu os elementos informacionais consistem não apenas na sinalização e/ou identificação – elementos diretamente informativos – dos objetos de seu acervo, ou seja, nos “[...] textos e etiqueta informativas [...]” (SILVA, 1999, p.69), mas, sobretudo, nos objetos em si, na reconstituição de ambientes e cômodos da residência representada e na própria edificação, – elementos indiretamente informativos – que carrega em si um potencial informacional e comunicacional estabelece ligações de familiaridade da sociedade visitante

¹ “[...] mecanismos mediante aos quais significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos [...]” (MARTELETO, 1995, p.91).

da casa-museu com o universo do vivido pelo homenageado e de sua época, se constituindo como veículo de construção de informação e referenciamento sociocultural.

Portanto, enquanto espaço de memória a casa-museu representa a forma consistente da inter-relação individual/coletivo da memória através da junção entre o contexto do universo privado e a dimensão do espaço público ali apresentado constituinte, portanto, a memória social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essas breves reflexões se pode afirmar que o conceito de memória é plural, polissêmico, composto de múltiplas significações, sobretudo, de representação. É, pois, um fenômeno construído socialmente e individualmente, seletivo e impossível de total recuperação. Caracterizada pela mutabilidade e transitoriedade. Enfim, memória é construção social.

Na Ciência da Informação a memória não é mera evocação do passado, mas, traz um potencial infor-comunicativo, através dos processos de recuperação e fluxos informacionais, se apresentando, particularmente, através da relação entre o capital individual e coletivo, expresso, sobretudo, nos suportes (artefatos) da cultura que materializam as inter-relações das construções sociais de um povo.

E a partir de tal afirmação se pode defender que a memória é constituída por meio das experiências do vivenciado individualmente e socialmente. Vivências construídas através do convívio e da interação social.

Sendo, portanto, a *persona* do indivíduo – identidade – construída através desse diálogo permanente, numa relação dual entre memória (ou memórias) individual e coletiva. As quais constroem a identidade do indivíduo que ora se comporta com ser único e particular e ora como membro que se identifica com e em um determinado grupo ou sociedade.

E, é nessa relação de referenciamento, de identificação e de pertencimento – compreendido como reconhecimento daquilo que é propriedade e/ou patrimônio individual e coletivo do sujeito enquanto ser social – que as sociedades estabelecem suas significações e determinam aquilo que lhes é bem próprio ou o que é bem ou propriedade de seu grupo.

Os espaços de memória - destacando-se as casas-museus – são coparticipes na construção da inter-relação entre informação-memória-identidade, especialmente no contexto da mediação do diálogo entre o privado e o público, entre o individual e o coletivo.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Evidenciando a verdadeira função dos espaços de memória que consiste em seu potencial de construção de discursos, em sua capacidade de resguardar aquilo que é significativo, representativo de um povo, aquilo que representa o capital social e identitário de um povo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e memória – as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1 n. 2, p.1-20, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412/302>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Cultura, Identidade e Cultura material: a visão arqueológica. In: CAVIGNAC, J. Memória, **Rev. Vivência**, n.28, p.265-275, 2005.

CÂMARA, R. S. da; BUFREM, L. S. Concepções de memória nas bibliografias das disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 17., 2016. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA; ANCIB, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3653/2358>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CASTRO, A. L. S. de. Mito, tempo e memória: a dimensão do sagrado e a temporalidade museológica. In: PINHEIRO, L. V. R; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (Orgs.). **Interdiscursos da Ciência da Informação: arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000, p.77-89.

CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. L. D. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: PPMS/UNIRIO, 2005. p.115-132.

CURY, M. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. **História, Ciência, Saúde – Maguinhos**, v.12, Sup., p.365-380, 2005. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: out. 2008.

_____. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.

DODEBEI, V. L. D. Tempos memoriais e patrimônios: notas de pesquisas sobre memória e informação. In: AZEVEDO NETTO, C.X. de. (Org.). **Informação, memória e patrimônio: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p. 44-64.

_____. Memória e informação - interações no campo da pesquisa. In: MARANON, E. I. M. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. São Carlos, SP: Compacta, 2010, p.59-78.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

_____. **O sentido e o significado de documento para memória social**. Rio de Janeiro, 1997. 185f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

DIEHL, A. A. Memória e identidade: perspectivas para a história. In: _____. **Cultura historiográfica, memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p.111 -136.

FRAGOSO, I. da S. **Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB**. João Pessoa, 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFPB/CCSA/PPGCI, 2008.

GONÇALVES, L. R. **Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2004.

HALBAWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016. [Textos de FLORÊNCIA, S. R. R. *et al.*].

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5.ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

LOUREIRO, J. M. M, Informação, memória e patrimônio: breves considerações. In: AZEVEDO NETTO, C. X. de (Orgs.). **Informação, memória e patrimônio: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p.97-107.

_____. Labirinto de paradoxos: informação, museu, alienação. In: PINHEIRO, L. V. R.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (Orgs.). **Interdiscursos da Ciência da Informação: arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p.91-103.

LOUREIRO, M. L. de N. M. A Obra de arte musealizada – de objeto de contemplação à fonte de informação. In: PINHEIRO, L. V. R.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (Org.). **Interdiscursos da Ciência da Informação: arte, museu e imagens**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p.105-123.

LOUREIRO, M. L. de N. M.; FURTADO, J. L.; SILVA, S. D. Dos livros as coisas: museus, coleções e representações do conhecimento científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, **Anais Eletrônico...** Salvador, 2007. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: maio 2009.

LOUREIRO, J. M. M.; LOUREIRO, M. L. de N. M.; SILVA, S. D. Museus, informação e cultura material. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo, **Anais Eletrônico...** São Paulo: USP, 2008. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <tazsilva@yahoo.com.br>. Acesso em: out. 2008.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

MARTELETO, R. M. Cultural informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p. 89-93, jan./abr. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/613/615>>. Acesso: 17 ago. 2017.

MENESES, U. T. B. de. Identidade cultural e arqueologia. In: Bose, A. (Org.). **Cultura Brasileira: temas e situações**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002. p.182-190.

_____. **Memória e Cultura material**: Documentos pessoais no espaço público. [SL], 1998. p.89-103. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MIGUEL, J.M.C. **A Casa**. Londrina: EDUEL; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Livro digital.

MORAIS, N. A. de. Memória e mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, M. T. T. B; MORAIS, N. A. de. **Memória e construções de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001, p.92-101.

OLIVEIRA, B. M. J. F.; AZEVEDO NETTO, C. X. de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, I.; SEVERO, I. (Orgs.). **Cultura popular: nas teias da memória**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 27-51.

OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/416/298>. Acesso em: jul. 2013.

_____. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008. **Anais Eletrônico...** São Paulo, 2008. Disponível em: <www.IXenancib.com.br>. Acesso em: 5 maio 2009.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTE, A. **Casas-Museu em Portugal**: Teoria e Prática - Dissertação (Universidade de Letras do Porto), 2007. Disponível em: <<http://antonioponte.wordpress.com/>>. Acesso em: nov. 2010.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

RICOEUR, P. **A Memória, a História, o esquecimento**. Campinas (SP): Editora UNICAMP, 2007. p.423-459.

RIBEIRO, R. R. **Nos jardins do tempo**: memória e história na perspectiva de Pierre Nora. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores=id->>. Acesso em: out. 2009.

RIBEIRO, M. T. D. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. In: CHUVA, M. (org.). História e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p.223-248, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ROCHA, L. M. G. de M. **Museu, Informação e Comunicação**: o processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias. Rio de Janeiro, 1999, p.120. (Dissertação – PPGCI,CNPq/IBICT – UFRJ/ECO).

RODRIGUES, P. **Patrimônio cultural, memória social e identidade**: uma abordagem antropológica. (Universidade da Beira Interior, 2006). Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 15 jul. de 2017.

SILVA, D. R. As formas de ver as formas: uma tentativa de compreender a linguagem expositiva dos museus. **Cadernos de Sóciomuseologia**, p.67-98, 1999.

SILVA, L. E. F. da; OLIVEIRA, B. J. F. de. MNEMOSYNE INFOR-COMUNICATIVA: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.24, n.1, p. 135-143, jan./abr. 2014. Disponível: <<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/17658/10934>>. Acesso em 26 jul. 2017.

ZUBIAUR CARREÑO, F. J. **Curso de Museología**. Gijón: Trea, 2004. (Biblioteconomía y Administración Cultural; 103).